NOTÍCIAS CNTV
Boletim Eletrônico
Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/06/2013 - Edição Nº845

Vigilante da Brinks morre em acidente envolvendo carro forte

Um carro forte da empresa Brinks colidiu com uma carreta que vinha na contramão na região de Canindé, no Ceará, na manhã desta terça-feira (25). O acidente tirou a vida do vigilante Fábio Júnior de Freitas. Estavam com ele mais dois funcionários da Brinks, que não se feriram no acidente. O velório foi realizado na terça e o sepultamento na quarta-feira (26).

Segundo o presidente do Sindivalores/CE, Wellington Nascimento de Oliveira, a empresa está prestando auxílio à família de Fábio e o sindicato esteve presente em todo o tempo. "Também fizemos reunião com os funcionários da Brinks para falar um pouco sobre o ocorrido. É triste ver um companheiro perdendo a vida, ainda mais por irresponsabilidade alheia", lamentou.

A Confederação Nacional dos Vigilantes registra seu pesar devido à perda deste companheiro e oferece sinceras condolências aos familiares e amigos neste momento de dor.

Fonte: CNTV

Sindicato dos vigilantes de Goiânia realiza manifestação nesta terça-feira (2)

O Sindicato dos Vigilantes e Seguranças de Goiânia (Sindvig) realiza nesta terça-feira (2) uma manifestação para discutir a intenção dos patrões de acabar, a partir de 1º de setembro, com a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, conforme comunicado enviado pelo sindicato patronal ao Sindvig. A concentração será na porta do Ministério Público do Trabalho (MPT), na avenida T-63 esquina com a rua C-253, no Setor Nova Suíça.

Além disso, também está na pauta discutir sobre a convocação do MPT para tratar do fim da intrajornada e da jornada 12/36. "O fim desses pontos pode significar também o fim do vale alimentação e das horas extras, já que elas não seriam necessárias para uma carga horária de 6 horas por dia, como querem os patrões", explica Márcio Brito, presidente do Sindvig.

Segundo Brito, a maioria dos vigilantes de Goiânia, que ganha pouco mais de R$1.400, teria uma redução mensal em seus ganhos de R$294,87, sendo R$114,97 da intrajornada e R$180 de vale alimentação. Isso representa uma perda de mais de 20% em seus rendimentos e também pode prejudicar os vigilantes de transporte de valores e aqueles que trabalham em escala de 44 horas semanais.

"Os vigilantes de Goiânia não aceitam nenhuma medida que tenha como consequência a redução salarial. Não vamos tirar da mesa o alimento que sustenta nossos filhos. R$300 é o supermercado de nossas famílias", alegou Brito.

Fonte: CNTV com Sindvig

CUT convoca mobilização em torno da pauta da classe trabalhadora

Reunida na quarta e quinta-feira, dias 26 e 27, em São Paulo, a Direção Nacional da CUT divulgou resolução, onde convoca trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações para mobilização em torno da Pauta da Classe Trabalhadora. A CUT reforça o Dia Nacional de Luta marcado para 11 de julho e afirma que continua nas ruas lutando

para definir os rumos do Brasil.

Confira a íntegra da resolução:

1) A Direção Nacional da CUT, reunida em São Paulo nos dias 26 e 27 de junho de 2013, convoca os trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações à mobilização em torno da Pauta da Classe Trabalhadora, neste momento particular vivido pela nação brasileira.

Mobilizações de milhões em todo o país, que contaram com apoio e participação de CUTistas, colocaram no centro da conjuntura a reivindicação de redução de tarifas e a qualidade do transporte público, saúde e educação pública de qualidade, expressando um descontentamento com a forma como as instituições políticas vêm funcionando, e já teve resultados concretos; as massas na rua conquistaram a redução de tarifas do transporte público, na maioria das capitais e inúmeras cidades, a questão da reforma política - bandeira da CUT - saiu da paralisia de um debate viciado no Parlamento e está posta para o amplo debate na sociedade.

Ao mesmo tempo constatamos que a mídia, setores conservadores e de direita tentaram influir nas mobilizações por objetivos estranhos aos interesses da imensa maioria do povo brasileiro.

2) A Direção Nacional da CUT considera de fundamental importância a participação organizada da classe trabalhadora neste novo cenário para dar uma saída positiva a esta situação. Por isso, endossamos a proposta de "Dia Nacional de Luta, com mobilizações, paralisações e greves" em 11 de julho, acordada com o conjunto das Centrais Sindicais e apoiada por movimentos sociais e populares.

A Pauta Unitária das Centrais para o Dia Nacional de Luta de 11 de julho inclui:

- contra o PL 4330, da "terceirização", que retira direitos dos trabalhadores brasileiros e precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil; esse Projeto precisa ser varrido imediatamente da pauta do Congresso Nacional;
- que as reduções de tarifa do transporte não sejam acompanhadas de qualquer corte dos gastos sociais;
- 10% do orçamento da União para a saúde pública;
- 10% do PIB para a educação pública, "verbas públicas só para o setor público";
- fim do fator previdenciário;
- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas sem redução de salários;
- Reforma Agrária;
- suspensão dos Leilões de Petróleo.

A CUT defende esses pontos unitários, mas, em conjunto com os movimentos sociais, levantará também, na preparação do 11 de julho, a luta pela Democratização da Mídia e por uma Reforma Política que passe por um Plebiscito Popular.

A CUT considera que os recursos para investir na melhoria dos serviços públicos existem: bilhões de recursos públicos foram dados aos empresários na forma de isenções, desonerações e créditos públicos subsidiados sem exigir contrapartidas; bilhões estão destinados ao superávit primário para pagar a dívida.

3) A Direção Nacional da CUT convoca todas as Estaduais da CUT a ocuparem seu lugar nesta nova situação, organizando de imediato plenárias com todos os sindicatos filiados e, a partir daí, reuniões com os movimentos sociais e populares aliados, para preparar a mobilização no dia 11 de julho em todas as capitais e cidades importantes do país com base nas seguintes orientações:

a) Tendo em vista a iminente votação no Congresso (Comissão de Constituição e Justiça) em 9 de julho, do PL 4330, a Direção Nacional da CUT propõe que, em 4 de julho seja realizada uma jornada de advertência, com paralisações em categorias chaves, pela derrubada do PL 4330. No próprio dia 9 de julho, a CUT mobilizará sindicalistas para pressão direta no Congresso contra o PL 4330.

b) No dia 11 de julho, Dia Nacional de Luta com manifestações, paralisações e greves, a Direção Nacional da CUT orienta que sejam priorizadas paralisações nos diferentes Ramos e categorias CUTistas que podem e devem incorporar suas reivindicações específicas neste movimento de conjunto de nossa classe.

Fonte: CUT

PEC do trabalho escravo é aprovada na CCJ e vai ao Plenário do Senado Federal

A PEC do Trabalho Escravo (PEC 57A/1999) avançou mais uma etapa em sua tramitação no Senado: a matéria foi aprovada, nesta quinta-feira (27/6), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mas, para que isso fosse possível, foi necessário um acordo que prevê a votação de um projeto que defina o que é trabalho escravo e de outro que estabeleça como seriam os processos de desapropriação das terras onde houver esse tipo de crime. A PEC ainda tem de ser votada no Plenário do Senado.

Relator da PEC, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirma que o acordo é necessário para que a proposta tenha chances de ser aprovada no Plenário do Senado sem ser alterada. Se houver mudanças, o texto terá de retornar à Câmara dos Deputados, onde enfrentou a resistência dos parlamentares vinculados ao agronegócio, e só foi aprovado após 11 anos de tramitação.

No Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Lelio Bentes Corrêa atua, há anos, em frentes de combate ao trabalho em condições análogas às de escravo. Segundo o ministro, o trabalho escravo se alimenta de dois nutrientes: a vulnerabilidade e a fragilidade econômica das vítimas e a perspectiva de impunidade do explorador. Para romper esse círculo vicioso, é necessário que haja simultaneamente o endurecimento das ações de combate e repressão, e para isso é fundamental que se aprove a PEC 57-A de 1999. Assim, será possível punir de forma dura os exploradores do trabalho escravo, com a pena de perdimento daquela propriedade.

No Senado Federal, Aloysio Nunes explica que, pelo acordo anunciado hoje (27), tanto a PEC como os projetos que regulamentam o trabalho escravo serão votados no Plenário do Senado ao mesmo tempo.

Fonte: TST

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF